

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

BETINA BRONZONI LENCINI

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA DE SÃO
BORJA**

**São Borja
2017**

BETINA BRONZONI LENCINI

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA DE SÃO
BORJA**

Trabalho de Conclusão do Curso II
apresentado ao Curso de Ciências
Humanas Licenciatura, da Universidade
Federal do Pampa.

Orientador: Professor Especialista Willian
da Motta Brum

São Borja

2017

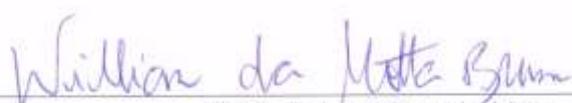
BETINA BRONZONI LENCINI

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA DE SÃO
BORJA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Humanas Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção de título de Licenciada em Ciências Humanas.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 30/11/2017

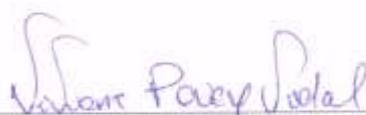
Banca examinadora:



Prof. Esp. Willian da Motta Brum
Orientador
(UNIPAMPA)



Prof. Esp. Luciane Martins Christino
(UNIPAMPA)



Prof. Ms. Viviane Pouey Vidal
(Doutoranda na UNICEN- Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Olavarria)

Dedico essa monografia aos meus familiares, especialmente minha Mãe e minha Avó Materna, ao meu amado, amigos, professores e a todos que de uma forma ou outra participaram da minha formação.

“Como as aves, pessoas são diferentes em seus voos, mas
iguais no direito de voar”.

Judite Hertal

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso investiga aspectos com base nos procedimentos técnicos em estudo de caso que se deu em uma Escola Estadual, em especial com duas turmas do ensino fundamental, no município de São Borja, com análise sobre a educação inclusiva, observar que forma ocorre seu funcionamento e quais fatores são decisivos para que aconteça na prática. Posto isto, a inclusão busca educação igualitária e acessível, a todas as pessoas, cujo objetivo é proporcionar condições favoráveis para sua aplicabilidade na escola e especialmente em sala de aula, por intermédio de instrumentos necessários, acessibilidades e educadores especializados. Os discentes sem ou com deficiência possuem direitos e leis que lhe dão suporte, deste modo, deve-se recorrer às mesmas, para que tais aconteçam no cotidiano escolar. A metodologia utilizada nessa pesquisa será bibliográfica em fontes diversificadas sobre a educação inclusiva e seus aspectos, o tipo de estudo exploratório e descritivo, pesquisa de campo na escola, com abordagem quantitativa e qualitativa, entrevistas com duas docentes, observações em duas turmas e análise dos dados para finalizar, os quais auxiliarão para esclarecer o problema central desse trabalho: “Como acontece à inclusão escolar de alunos com deficiência em duas salas de aula em uma escola da rede pública estadual do município de São Borja?”.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Deficiência. Sala de aula.

RESUMEN

El presente trabajo de Conclusión de Curso investiga aspectos con base en los procedimientos técnicos en estudio de caso que se dio en una Escuela Estatal, en especial en dos grupos de la enseñanza primaria, en la ciudad de São Borja, con análisis sobre la educación inclusiva, observar su funcionamiento y cuáles son los factores decisivos para que se aplique en la práctica. En este sentido, la inclusión busca educación equitativa y accesible para las personas, con el objetivo de proporcionar condiciones favorables para su aplicabilidad en la escuela y especialmente en el aula, a través de instrumentos necesarios, accesibilidades y educadores especializados. Los alumnos con o sin y poseen derechos y leyes que le dan soporte, de modo que se debe recurrir a las mismas, para que tales ocurran en el cotidiano escolar. La metodología utilizada en esta investigación será bibliográfica en fuentes diversificadas sobre la educación inclusiva y sus aspectos, el tipo de estudio exploratorio y descriptivo, investigación de campo en la escuela, con abordaje cuantitativo y cualitativo, entrevistas con dos docentes, observaciones en dos clases y análisis de los grupos y los datos para finalizar, los cuales ayudarán a esclarecer el problema central de ese trabajo: "¿Cómo se da la inclusión escolar de alumnos con deficiencias, en dos aulas de una escuela pública estatal de la ciudad de São Borja?"

Palabras clave: Educación inclusiva. Deficiencias. Sala de Clase.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Quantos alunos incluídos a escola possui? Qual o tipo de deficiência dos mesmos?.....	29
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Metodologia	12
2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REFLEXÕES SOBRE SUA PRÁTICA E PROPOSTA NO CONTEXTO ESCOLAR.....	16
2.1 Resgate histórico da educação especial no Brasil	18
3 A LEGISLAÇÃO REPRESENTATIVA NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR.....	24
4 ANÁLISE DE DADOS COLETADOS NA ESCOLA	29
4.1 Observação no interior da sala de aula.....	31
4.2 Relato da entrevista	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS.....	43
APÊNDICE A - Entrevista.....	45

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva traz consigo várias discussões, no que diz respeito às políticas e leis que têm finalidade de realizar transformações referentes a esse tema, principalmente combater a desigualdade perante as pessoas com deficiência. Em experiências durante os estágios curriculares na graduação, houve momentos em que foi possível observar na escola e até mesmo em sala de aula, alunos com deficiências diferenciadas que não estavam efetivamente tendo um bom rendimento, o que suscitou o questionamento acerca do problema de pesquisa trazido por este trabalho: Como acontece a inclusão escolar de alunos com deficiência em duas salas de aula em uma escola da rede pública estadual do município de São Borja?

Parte-se da seguinte hipótese: fatores internos e externos dificultam que a educação inclusiva aconteça no ambiente escolar. Por intermédio da indagação apresentada acima, o objetivo principal é analisar a educação inclusiva e fatores que dificultam sua implantação no contexto escolar em uma Escola Estadual do município de São Borja. A respeito dos objetivos específicos desse trabalho, pretende-se desenvolver quatro principais, sendo eles: Compreender a história e proposta da educação inclusiva; identificar o quantitativo de alunos incluídos e o tipo de deficiência que possuem; observar duas turmas de ensino fundamental onde haja alunos incluídos; e conhecer a percepção de dois docentes sobre como a educação inclusiva acontece na sala de aula e na escola no geral.

No Brasil, a partir da Constituição de 1988, buscou-se a universalização da educação, ou seja, que acolhesse a todos os grupos, que anteriormente eram excluídos, dentre eles: as pessoas com deficiência. Nesse sentido, é importante destacar a mudança ocorrida na educação especial que, na perspectiva inclusiva, considera a importância do ambiente onde a pessoa está inserida como fator agravante da deficiência, em relação à concepção de educação especial mais antiga que difundia a crença que a deficiência era um problema individual da pessoa, entendendo que essa era incapaz e sem perspectiva de evolução pessoal. Sendo assim, considera-se relevante analisar como está ocorrendo a inclusão escolar de pessoas com deficiência no ensino comum, principalmente no interior da sala de aula, pensando em contribuir para que esse processo tenha êxito no ambiente escolar.

Sobre os capítulos que serão percorridos neste trabalho acerca do tema da educação inclusiva, no capítulo inicial será descrito sobre a proposta da educação inclusiva, seu desenvolvimento ao longo do tempo, através do conhecimento da história da educação especial no Brasil, com atenção para os avanços que aconteceram. No segundo capítulo, será abordado sobre as principais leis, que asseguram os direitos dos alunos com deficiências na escola em que se encontram através da execução de meios acessíveis a eles destinados, com total acessibilidade e a prática de tais leis no educandário. O terceiro capítulo será destinado à exposição da coleta de dados com relação ao número de alunos incluídos, entrevista com duas docentes, observações no interior da sala de aula e análise dos mesmos, será executada essa coleta em uma escola estadual de São Borja.

Para conhecer um pouco do contexto em que essa proposta está sendo desenvolvida, este estudo pretende utilizar a metodologia denominada estudo de caso, a ser realizado diretamente em uma Escola da Rede Pública Estadual de São Borja, envolvendo duas turmas - uma de quinto ano e outra de sexto ano do ensino fundamental, abaixo conheceremos a metodologia de pesquisa desse trabalho, a qual será essencial para haver um bom desenvolvimento.

1.1 Metodologia

Primeiramente, diante das atuais políticas inclusivas desenvolvidas no Brasil, entende-se necessário explorar, por meio de pesquisa bibliográfica, os marcos legais e as diferentes produções teóricas que abordam a educação inclusiva.

A proposta de pesquisa é compreender a história da educação inclusiva e sua aplicabilidade, através de estudo de caso em uma Escola Estadual de São Borja. Para então conhecermos a realidade de como acontece na prática tais conjuntos de procedimentos, como: leis, acessibilidade, interação dos alunos incluídos, entre outros. A metodologia utilizada será composta de: pesquisa bibliográfica; objetivo de estudo exploratório - descritivo; pesquisa de campo com abordagem quantitativa e qualitativa; observações; entrevista. Com isso, considera-se relevante analisar como está ocorrendo inclusão escolar de pessoas com deficiência no ensino comum, principalmente no interior da sala de aula, pensar em contribuir para que esse processo tenha êxito.

Em um primeiro momento, iniciaremos com a pesquisa bibliográfica, que serve para compreendermos a história e seu funcionamento, com relação à inclusão escolar. Esse tipo de pesquisa fornece o embasamento teórico e a coleta de informações através dos materiais já publicados e documentos legais. Sobre a pesquisa bibliográfica podemos observar o seguinte:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádios, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 182).

O objetivo do estudo bibliográfico é a pesquisa exploratória a qual visa explorar e familiarizar-se com o assunto e o problema exposto no decorrer do trabalho, para conhecer a história da educação inclusiva e quais as suas propostas viáveis para que sejam aplicadas nas escolas. Será aplicado também na pesquisa o objetivo de estudo descritivo, o qual tem a finalidade de exibir e descrever alguns acontecimentos, fatos, processos e características relativos à educação inclusiva. Iremos utilizá-lo no momento em que realizaremos a observação dos assuntos relacionados à inclusão de alunos com deficiência nas escolas e como está o andamento desse processo no seu conjunto e, a seguir, será feita uma análise da realidade desses fatos.

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona os fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com a maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 61).

No segundo momento iremos realizar a pesquisa de campo para nos certificarmos, comprovarmos ou descobriremos certos acontecimentos presentes naquele educandário, especialmente no comportamento dos alunos incluídos no interior da sala de aula. Observar como é a interação do aluno incluído com os demais colegas e professor (a), analisar também o seu rendimento durante as aulas observadas, se o docente disponibiliza material diferenciado ou não.

A pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou acontecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 185).

Através das abordagens quantitativa e qualitativa, no terceiro momento, iremos pesquisar na escola o quantitativo de alunos deficientes, investigar tipo de deficiência e em que ano se encontram, além disso, os que frequentam ativamente o Atendimento Educacional Especializado (AEE). A entrevista que será realizada tem o objetivo de coletar informações referentes ao tema principal, contará com a participação de duas docentes, uma do quinto ano e outra de uma disciplina específica do sexto ano, também com o intuito de inferir a sua opinião sobre o processo de inclusão e como ele ocorre em suas aulas, ou seja, na prática educativa. O tipo de entrevista será padronizada, onde segue-se um roteiro de perguntas, que foram pensadas e formuladas com antecedência e que serão realizadas com os entrevistados.

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 195).

Seguindo nessa linha, além disso, serão executadas na escola, observações em duas turmas no ensino fundamental, com uma turma do quinto ano e outra do sexto ano. O tempo de observação compreende dois períodos de 50 minutos cada, no sexto ano e somente na aula de matemática; já na turma do quinto ano foram observadas duas aulas no horário de 13h15min às 17h15min cada. Os autores Lakatos e Marconi, descrevem o que é a observação e sua finalidade:

A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.190).

A observação direta intensiva, conforme Lakatos & Marconi (2013) será efetuada através da técnica sistemática, que consiste em saber o que está

procurando e registrar por meio de anotações as análises realizadas durante as observações. Tais observações tem finalidade de verificar fatos com relação à inclusão escolar no interior da sala de aula, principalmente no comportamento, desenvolvimento da aprendizagem, socialização, entre outros, do (s) aluno (s) que tem alguma deficiência com os demais colegas e professores. Com isso, refletir um tanto sobre o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência na escola da rede regular de ensino e especialmente para acrescentar informações nesse trabalho de pesquisa.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REFLEXÕES SOBRE SUA PRÁTICA E PROPOSTA NO CONTEXTO ESCOLAR

A educação inclusiva tem a finalidade de oferecer uma educação igualitária e acessível para o aluno com qualquer tipo de deficiência, porém nos deparamos ao longo da história com desigualdades, exclusões, preconceitos e discriminações com relação às pessoas que possuem algum tipo de deficiência. Com isso, a inclusão visa garantir o desenvolvimento dos alunos nas escolas regulares, com o intuito de melhor aprendizagem, conhecimentos, igualdade, socialização, entre outros aspectos. De acordo com Carvalho (2011), a inclusão vem com a seguinte proposta:

Por seu turno, a proposta da inclusão é muito mais abrangente e significativa do que o simples fazer parte (de qualquer aluno), sem assegurar e garantir sua ativa participação em todas as atividades do processo de ensino-aprendizagem, principalmente em sala de aula (CARVALHO, 2011, p.111).

Assim, seguindo na linha de Carvalho, pode-se mencionar que a discussão sobre educação inclusiva vem se construindo a cada dia mais, para haver avanços consideráveis em prol das pessoas incluídas no ensino regular. Por vezes, há desafios a serem enfrentados, mas com união, diálogo, lutas pelos direitos, etc., consegue-se a aplicabilidade na prática escolar. Com isso a autora descreve: “Temos, portanto, muito a dialogar e a resolver, quando o tema é inclusão escolar” (CARVALHO, 2011, p. 111).

Logo, percebe-se o quão importante é traçar relações e haver diálogo entre aluno- professor, ambos podem juntos ensinar e aprender em um conjunto, fazer acontecer no mesmo tempo a socialização dos alunos sem deficiência, com os incluídos. Então, vê-se que o docente deve conhecer sua turma, como vivem e se relacionam, conseguir meios que promovam diálogos, através de seu cotidiano com os assuntos abordados em sala de aula. Procurar reservar um espaço da aula para os alunos manifestarem suas opiniões, contarem sobre seu dia a dia e realizarem contribuições. Assim como nos diz Paulo Freire: “Por que não estabelecer uma necessária ‘intimidade’ entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos?” (FREIRE, 1996, p. 34). Nota-se que durante as aulas, com relação aos conteúdos abordados, o quão é importante

fazer com que todos reflitam sobre sua atuação na sociedade local, suas realidades e na medida do possível diversificar os métodos, com o foco principal de atender os alunos incluídos e aos demais.

Por isso, temos que levar em conta, que o aluno traz consigo uma bagagem, seja ela de aprendizados, vivências, experiências, problemas de família, traumas, problemas na escola, entre outros, os quais têm que ser valorizada e deixá-los falar sobre suas vidas. O docente é o personagem central para transformar o modo de saber, para um jeito dinâmico, capaz de entusiasma-los, acreditar e apostar em suas capacidades. Buscar planejar as aulas com exercícios e dinâmicas que atendam todas as diversidades, especialmente pensar nos alunos que possuem alguma deficiência, para facilitar o processo da educação inclusiva naquele ambiente.

Pode-se pensar, assim, na formulação do currículo para os alunos com necessidades educacionais especiais numa base comum aos demais alunos, já que o princípio da educação inclusiva é não alijar ninguém das condições gerais de progressão escolar (BEYER, 2010, p. 69).

Seguindo essa lógica, sobre os currículos, planejamentos, metodologias, entre outros, convém mencionar sobre a acessibilidade metodológica no processo de ensino e aprendizagem, todos os ambientes devem se adaptar para atenderem e dar apoio a todos, independentemente de suas limitações. Assim discorre Correia (2016):

Em síntese, o que se defende como “acessibilidade ao currículo” se afasta da ideia de simplificação, de redução, e se aproxima da ideia de “apoio”, de tornar possível a efetiva participação no processo coletivo de vivência do currículo (CORREIA, 2016, p. 155).

Através de novos métodos e técnicas de ensino, relacionadas à acessibilidade no currículo, favorecerá que a aprendizagem dos alunos com deficiência aconteça. Com isso, proporcionar em sala de aula formas significativas de produção de conhecimentos e a utilização de novas práticas pedagógicas, com objetivo de atingir a todos os gostos presentes naquela sala de aula.

2.1 Resgate histórico da educação especial no Brasil

A trajetória da educação especial no Brasil tem seu desenvolvimento cheio de conquistas e desafios ao longo do tempo, em busca de educação para todos. Segundo Miranda (2008), os deficientes eram abandonados, perseguidos e eliminados, durante a Idade Antiga, já na Idade Média os tratamentos eram diversificados como caridade ou castigo, da mesma forma, predominava a exclusão dessas pessoas. A Idade Moderna, que era um período repleto de acontecimentos e mudanças, persistia uma visão patológica sobre quem apresentava alguma deficiência, inclusive era deixado de lado.

Como se pode perceber, a preocupação com a escolarização das pessoas com deficiência começa especificamente ao final do século XIX, com o surgimento de escolas especializadas e das classes especiais. Estas, a princípio, possuíam concepção segregacionista com relação aos alunos inseridos em instituições específicas, conforme a sua deficiência. Um novo movimento foi constatado nesse período:

Por volta da década de 1970, observa-se um movimento de integração social dos indivíduos que apresentavam deficiência, cujo objetivo era integrá-los em ambientes escolares, o mais próximo possível daqueles oferecidos à pessoa normal (MIRANDA, 2008, p. 30).

Convém mencionar que durante esse movimento eram inseridos no interior das escolas de ensino regular apenas alguns alunos com deficiência, pois para frequentar a mesma tinha que atender alguns padrões. A Política Nacional de Educação Especial de 1994 conduziu esse processo intitulado “integração instrucional”. Como dito anteriormente, a integração na sala de aula comum era destinada apenas aos alunos que tivessem condições de acompanhar e desenvolver as mesmas atividades do restante da turma.

Com base na autora Mendes (2010), um dos principais fatos históricos dessa época tem inspiração europeia - o “Instituto dos Meninos Cegos”. Logo após, em um dos hospitais da Bahia iniciou a assistência médica às pessoas com deficiência intelectual e depois no Rio de Janeiro criou-se a “Escola México”, voltada a atender pessoas com deficiências físicas e intelectuais. Também no Rio de Janeiro foi fundado o “Imperial Instituto dos Surdos- mudos” em 1957, por Benjamin

Constant. Destaca Miranda (2008), “a fundação desses dois Institutos representou uma grande conquista para o atendimento dos indivíduos deficientes, abrindo espaço para a conscientização e a discussão sobre a sua educação” (MIRANDA, 2008, p. 31).

Ainda de acordo com Miranda (2008), a Educação Especial no Brasil foi influenciada por duas principais vertentes: a psicopedagógica e médico-pedagógica ambas procuravam conceitos mais precisos sobre as pessoas com deficiência. No século XX, a vertente psicopedagógica criou o movimento educacional da Escola Nova, com ideias novas e diferenciadas das demais. Sua proposta era: “[...] criar escolas diferentes das tradicionais que pouco se adequavam às transformações sociais” (MIRANDA, 2008, p. 32). Esse movimento resultou em diversas ações voltadas ao âmbito educacional, especialmente no Brasil, rumo à Educação Especial com vista a promover oportunidades iguais de ensino a todos e realizar reformas em nossa educação.

Conforme Mazzota (2011), as primeiras iniciativas em prol do atendimento das pessoas com deficiência a fim de resultar em mudanças tiveram início na Europa. Nota-se que houve predomínio do descaso do poder público e por vezes atitudes educacionais de exclusão com relação às pessoas com deficiência. No entanto, a partir daí começam a surgir perspectivas de avanços, nas medidas educacionais, primeiramente na Europa, logo nos Estados Unidos e posteriormente no Brasil.

A inclusão da “educação de deficientes”, da “educação dos excepcionais” ou da “educação especial” na política educacional brasileira vem a ocorrer somente no final dos anos 1950 e início da década de 1960 do século XX (MAZZOTA, 2011, p. 27).

Seguindo nessa linha, observa-se que para acontecer à inclusão das pessoas com deficiência foi um caminho prolongado, rumo à evolução da educação especial. No século XX houve algumas publicações de trabalhos científicos e técnicos, sobre as diversas deficiências e com diferenciados temas. Nesse mesmo período, com relação às instituições de ensino, destaca Mazzota (2011), que eram estabelecimentos federais, estaduais e particulares, onde apenas auxiliavam com algum tipo de atendimento os alunos que possuíam alguma deficiência, porém contava com instituições especializadas para atender específicas deficiências, que

estavam espalhadas por diversas regiões do Brasil. No decorrer dos anos foram criados institutos e estabelecimentos de ensino que atendiam as pessoas com deficiência física, visual, auditiva e intelectual.

Visto então que, com a contribuição de todos em prol a Educação Especial no Brasil, esta apresentou avanços significativos, onde cada um nesse processo histórico teve sua atuação e cooperação individual, em busca de benefícios as pessoas com deficiência. “Historicamente, o país tem sido uma importante força para as mudanças no atendimento aos portadores de deficiência” (MAZZOTA, 2011, p. 69).

Destaca Miranda (2008), que durante os anos de 1950 e 1959 as instituições de ensino especial no Brasil se expandiram consideravelmente, em especial nas escolas de ensino regular. Em 1954 foi criada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, a qual em oito anos depois de sua constituição já possuía 16 estabelecimentos formados. Nesse mesmo período foi realizada a primeira Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro, com o propósito de melhores condições de ensino a todos os surdos do Brasil.

Em meados dos anos 70, no Brasil, houve importante acontecimento no que se refere a “[...] institucionalização da Educação Especial em nosso país, com a preocupação do sistema educacional público em garantir o acesso à escola aos portadores de deficiências” (GLAT; FERNANDES, 2005, p. 37). Nesse momento, depositaram nas pessoas que tem alguma deficiência, a confiança em que podem aprender e se desenvolverem dentro de suas possibilidades, assim como os sem deficiência.

Pode-se observar que a Educação Especial possuía métodos próprios para seu funcionamento com ênfase clínica e currículos, por meio de adaptações e avanços, as pessoas com deficiência tiveram mais espaço no meio educacional, de acordo com Glat & Fernandes (2005). No entanto, nesse momento ainda os deficientes eram separados pelas deficiências, através da classe especial, como forma de se integrar no ambiente escolar, porém separados dos demais.

Até alguns anos atrás o quadro da educação especial encontrava-se muito claro. As crianças com deficiência eram atendidas nas escolas especiais, e as crianças ditas normais nas escolas regulares. Não havia praticamente qualquer situação de trabalho comum entre as escolas especiais e as regulares. Os educadores especiais tinham seu lugar nas escolas especiais, e os professores com formação nas pedagogias e nas licenciaturas, nas escolas regulares (BEYER, 2013, p. 11).

A partir daí surgiu uma nova concepção no que se refere a “[...] ampliação do acesso e da qualidade da educação das pessoas com deficiência culminou, no início dos anos 90, com a proposta de Educação Inclusiva [...]” (GLAT; FERNANDES, 2005, p. 38). Percebe-se então, que a ideia de Educação Especial em uma perspectiva inclusiva, iniciou-se no século XX, no Brasil em busca de novas formas e caminhos no que refere-se à inclusão escolar. Conforme Miranda (2008), foi a partir dois acontecimentos que principiou essa concepção primeiramente a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, que aconteceu em Jomtien em 1990, após a Declaração de Salamanca em 1994, entre outros.

A Conferência de Educação para Todos e a Declaração de Salamanca procuram proporcionar uma educação igualitária para todos e na busca dos seus direitos para as pessoas que possuem alguma deficiência, considerando a visão de Miranda (2008). Verifica-se que em Salamanca na Espanha, criaram um documento de suma relevância chamado Declaração de Salamanca. A autora Márcia Souto Maior Mourão Sá (2009) reforça citando sobre a importância dessa Declaração:

Mas não podemos esquecer que com a Declaração de Salamanca, em junho de 1994, em uma assembleia representativa, vários países e organizações internacionais assumiram a Educação para Todos e desse consenso surgiu a expressão *Educação Inclusiva* (SÁ, 2009, p. 27).

Por conseguinte, essa Declaração descreve que a educação inclusiva é um desafio a ser desenvolvido nos educandários, na busca constante por fazer com que os alunos que possuem alguma deficiência consigam traçar meios de progresso escolar, pessoal e social. “A Declaração de Salamanca defende a idéia de que todos os alunos, sempre que possível, devem aprender juntos independentemente de suas capacidades” (MIRANDA, 2008, p. 39). Através disso busca-se a socialização dos alunos incluídos nas escolas e que eles superem quaisquer barreiras que possam

intervir em seu direito, que é estar lá e também se encontra presentes nesses documentos que conduzem a educação inclusiva.

Por meio desses eventos centrais, conduziram para um documento oficial criado em 2008, muito recentemente, através de ideia inclusiva, com mudança de concepção. Essa política criada nesse período intitula-se como “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” visa traçar meios que os alunos deficientes sejam respeitados e não excluídos do meio escolar, com sua permanência nesse meio. Outro ponto importante de mencionar é que possibilita chances para que isso aconteça na prática, à vista disso essa política tende promover avanços significados nas escolas e uma educação destinada para todos igualmente.

Em razão disso, há vários documentos e instituições que orientam e/ou normatizam a educação inclusiva, como: Ministério da Educação (MEC), Declaração de Salamanca, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), entre outros decretos que a regem até os dias atuais. Visto que as escolas de ensino regular atendem e acolhem todos os alunos, sem qualquer exceção, independente da deficiência que possuem.

Com a inclusão de alunos com deficiências nas escolas de ensino regular, várias mudanças tiveram que ocorrer, no entanto, a antiga concepção não será deixada de lado tão facilmente. Em decorrência disso, devemos pensar cada vez mais em ideias e práticas educacionais inclusivas para evoluir tanto no âmbito educacional quanto na sociedade e família em que vivem. Já que o foco principal é construir um ambiente escolar inclusivo, então a família, a escola, o estado, enfim, todos tem um papel importantíssimo para a implantação dessa proposta, isto é, para a inclusão não ficar apenas em leis e seja desenvolvida na prática.

Claro está que, sem a mobilização dos grupos envolvidos, isto é, família, professores, especialistas, enfim, todos os sujeitos que se vinculam no cotidiano escolar, pouco se poderá esperar em termos da aplicação do projeto da educação inclusiva através de práticas efetivas de inclusão escolar. Sem tal mobilização, podemos esperar que este projeto continuará apenas como visão de alguns e como retórica de lei (BEYER, 2010, p.9).

Carvalho (2011), relata sobre ausência de docentes capacitados para atender os alunos que precisam de atendimento especializado nas salas de aula,

pois há carência, durante os cursos de graduação, de formação para esses profissionais, de preparação para essa realidade com a qual irão se deparar tanto nos estágios e depois quando forem exercer sua profissão. Visto que a maior tarefa e responsabilidade cabem a eles, pois estarão na sala de aula e precisam estar seguros e preparados para praticar a educação inclusiva. Então, pergunta-se será que estão conseguindo promover a inclusão e estão suficientemente preparados para desenvolvê-la?

Os professores alegam (com toda a razão) que em seus cursos de formação não tiveram a oportunidade de estudar a respeito, nem de estagiar com alunos da educação especial. Muitos resistem, negando-se a trabalhar com esse alunado enquanto outros os aceitam, para não criarem áreas de atrito com a direção das escolas. Mas, felizmente, há muitos que decidem enfrentar o desafio e descobrem a riqueza que representa o trabalho na diversidade (CARVALHO, 2011, p. 27).

A acessibilidade ao longo dos anos vem sendo considerada cada vez mais necessária aos ambientes, não só nas escolas, mas também em todos os lugares da nossa sociedade. Conforme, Siluk & Paulo (2013, p. 172), “[...] a acessibilidade se trata do acesso e permanência das PNEs¹, considerando a eliminação de barreiras nas estruturas físicas ou de comunicação dos locais por elas frequentados”, eliminando assim, qualquer tipo de barreira que possa ser encontrada, seja na estrutura física ou comunicacional nos locais, que por essas pessoas são frequentadas. Todos os lugares, principalmente o educandário tem que ser acessível, devem-se realizar todas as adaptações necessárias para receber e acolher aos alunos que possuem qualquer tipo de deficiência.

¹ Pessoas com Necessidades Especiais, segundo Siluk & Paulo (2013).

3 A LEGISLAÇÃO REPRESENTATIVA NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

O movimento pela inclusão das pessoas com deficiência ocorre a partir de iniciativas das próprias pessoas com deficiência. Em nível internacional, é importante destacar alguns eventos que serviram de base para a criação de normas legais garantidoras dos direitos dessas pessoas, a exemplo da Declaração de Salamanca (1994), Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência – Convenção de Guatemala, ratificada no Brasil pelo Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001, Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007), transformada em emenda à Constituição brasileira por meio do decreto nº 6949/2009, entre outras.

A Constituição Federal de 1988, no Brasil, visa à prática do direito de educação para todos por meio de diversos princípios previstos nessa Constituição, contemplando as pessoas com um ensino público e de qualidade, suprimindo as necessidades especialmente dos alunos com deficiência que dela fazem parte. Eis um dos pontos em que a Constituição descreve sobre a educação:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, art. 205).

No que se refere aos alunos que possuem deficiência e se encontram inseridos no ambiente escolar, a Constituição descreve que é dever do Estado, art. 208, parágrafo 3º: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, art. 208, § 3º). Como se observa, o AEE presente nas escolas realiza o atendimento aos alunos com deficiência para contribuir e auxiliar no seu desenvolvimento educacional.

Com relação à Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015, que estabelece a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência em nosso país, tem por objetivo estimular o ato de seus direitos e a inclusão social. Outro aspecto importante de ressaltar sobre o propósito da referida Lei, é que as pessoas que possuem algum

tipo de deficiência como: física, mental, intelectual, etc., tenham uma educação igualitária como as demais pessoas. Para haver aplicação dessa Lei, a qual é bem extensa, são necessários diversos meios, dentre eles: acessibilidade, desenho universal, tecnologia assistiva, barreiras (arquitetônicas, transportes, etc.), comunicação, profissional de apoio escolar, acompanhante, entre outros meios indispensáveis para que a Lei da Inclusão aconteça na prática.

Pode-se mencionar que, no Brasil, no que se refere à inclusão educacional das pessoas com deficiência, o marco mais importante ocorre com a publicação da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, sucedendo-se como seu principal objetivo “o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação nas escolas regulares [...]”, (BRASIL, 2008, p. 8).

Em vista disso, orientam-se os sistemas de ensino a colocar em evidência os princípios baseados nessa política. Esse documento traz consigo os principais marcos históricos da educação especial e todo seu processo evolutivo ao repensar as maneiras de ensino destinadas aos discentes que possuem algum tipo de deficiência. É importante mencionar, no entanto, que ideias inclusivas já vinham sendo introduzidas na educação brasileira desde a década de 1990.

No Brasil, a Lei nº 10.098, de dezenove de dezembro de 2000, estabeleceu as normas gerais e critérios básicos relacionados à acessibilidade, que diz que todos os meios como: meios de transporte, espaços públicos, mobiliário urbano, entre outros, devem suprir as necessidades das pessoas com deficiência, para que as mesmas tenham autonomia e segurança. O ambiente escolar que o aluno está frequentando deve ser totalmente acessível e adaptável a ele, contendo vários aspectos físicos como: rampas de acesso, corrimãos, sinalização, sanitários adaptados, intérprete de libras, entre outros itens. Verifica-se que a acessibilidade é essencial para que os alunos incluídos se sintam bem e frequentem sua escola.

Conforme salienta Sasaki (2005), os seis tipos de acessibilidade os quais devem estar presentes nos educandários são: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. Todas essas seis acessibilidades buscam eliminar quaisquer barreiras que são encontradas no cotidiano de tais alunos. Sendo que a acessibilidade arquitetônica está presente nos meios de transportes e no ambiente físico (construção) da escola; a comunicacional visa garantir total acesso à comunicação escrita, virtual e interpessoal, por exemplo,

a língua de sinais; metodológica é a adaptação dos métodos e técnicas de ensino; instrumental se refere às ferramentas de estudo, esportes, etc.; a programática sobre as políticas públicas, regulamentos e normas, tornando acessível o conteúdo; e por fim a atitudinal são meios que possibilitam a capacidade de sensibilizar e de conscientizar o público no geral sobre a diversidade humana, trabalhando com conceitos e temas diversificados que possibilitem essas práticas.

O decreto nº 5.296 de 2 de Dezembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.098 citada anteriormente, procura promover acessibilidade às pessoas com deficiência, como também visa o atendimento prioritário para as seguintes deficiências: auditiva, visual, mental e múltipla. Segundo o art. 6º, parágrafo 1º, o tratamento diferenciado para essas pessoas consiste em: Sinalização nos lugares, instalações acessíveis, Intérpretes disponíveis para o atendimento de pessoas com deficiência auditiva, área disponível para embarque e desembarque de pessoa com deficiência, entre outras demandas citadas nesse parágrafo.

A mesma Lei citada anteriormente, no Capítulo VI, salienta sobre a acessibilidade na comunicação e informação, onde seu propósito é garantir o acesso das pessoas com deficiência aos mecanismos de acessibilidade nos meios de mídia, telecomunicação, etc., como audescrição, legendas, janelas de intérprete de Libras, entre outros meios que sejam acessíveis a essas pessoas. Já a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, refere-se à Língua Brasileira de Sinais – Libras, no sentido de reconhecer e garantir o uso dessa língua entre as pessoas surdas do Brasil.

É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002, art. 1º).

O Decreto nº 5. 626, de 22 de Dezembro de 2005, o qual regulamenta a Lei anterior, descrevendo em seus Capítulos sobre os seguintes temas: da inclusão de Libras como disciplina curricular; da formação do professor de Libras e do instrutor de Libras; do uso e difusão da Libras e da Língua Portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação; da garantia do direito à educação das pessoas Surdas

ou com deficiência auditiva; entre outros conteúdos. Assim, conforme citado acima, as pessoas surdas devem recorrer e dirigir-se a procura de seus direitos, os quais estão previstos nas Leis.

Seguindo nessa linha, com relação aos direitos das pessoas com qualquer tipo de deficiência, outro ponto que vale ressaltar, é o desenho universal, o qual está presente no nosso cotidiano e nas Leis, que por vezes são desconhecidos por nós. Dessa forma, conforme o decreto 6.949 de 25 de agosto de 2009 reproduz a seguinte definição no art. 2:

Desenho universal significa a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico. O “desenho universal” não excluirá as ajudas técnicas para grupos específicos de pessoas com deficiência, quando necessárias (BRASIL, 2009, art. 2).

Por conseguinte, desenho universal ou desenho para todos, presente na acessibilidade arquitetônica, metodológica e outras, busca simplificar a vida das pessoas e fazer com que todos possam se integrar numa sociedade inclusiva, seja nos ambientes escolares, programas e serviços que utilizam. Quando se realiza um projeto de desenho universal, usam-se sete princípios básicos e que tem como objetivo central ser acessível a todos e promover assim, a inclusão escolar. O desenho universal no processo de ensino e aprendizagem, pois faz referência em sala de aula e na escola, na busca de meios que sejam acessíveis a todos.

A escola é um dos segmentos da sociedade que deverá redesenhar-se para atender a todos. O novo desenho da escola não se restringe à sua estrutura física e aos materiais disponibilizados para a aprendizagem, pois é uma escola desenhada para todos é aquela que reconhece que cada aluno é diferente e o seu desafio consiste em valorizar estas diferenças para o enriquecimento da ação pedagógica (BERSH; MACHADO, 2014, p. 87).

Analisa-se então que, para a educação inclusiva acontecer na prática escolar, precisa-se de várias contribuições e avanços no modo geral, tais como: recursos, acessibilidades, desenho universal, profissionais especializados, entre outros. A Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no Capítulo V, art. 59, relata tudo o que os sistemas de ensino devem possuir para haver uma educação de qualidade a todos os alunos

com deficiência. Prevê também “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”, (BRASIL, 1996).

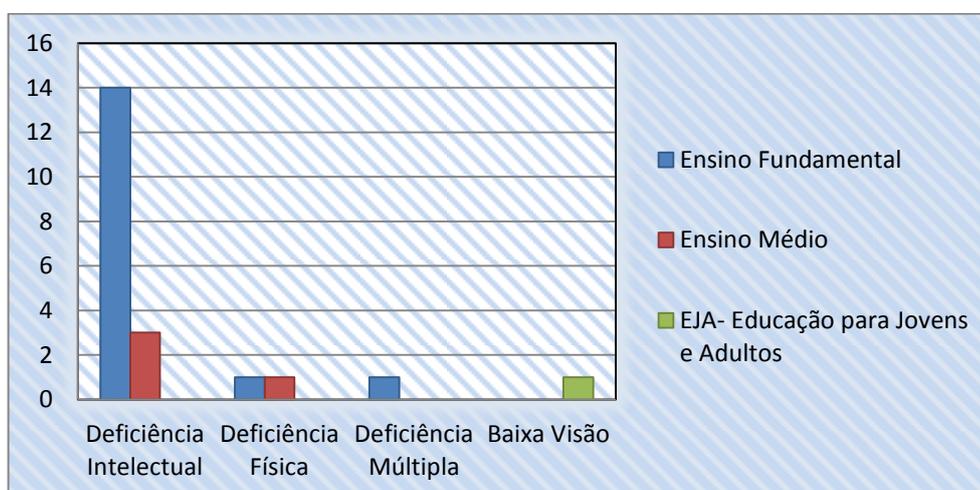
Portanto, as Leis, documentos, etc., que foram citadas anteriormente referentes à inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, têm finalidade de suprir as necessidades dos mesmos, tornando o ambiente em que se encontram acolhedor e acessível. Dessa maneira, pretende-se que tais leis se concretizem na prática, na busca de igualdade, conhecimento de seus direitos e especialmente na promoção de uma educação para todos.

4 ANÁLISE DE DADOS COLETADOS NA ESCOLA

A coleta de dados dessa monografia se dá através de entrevistas com dois docentes, observações em duas turmas e pesquisa de campo no interior de uma Escola Estadual de São Borja, com o intuito de somar e enriquecer esse TCC através das informações coletadas naquele educandário. A entrevista presente nesse capítulo contou com a participação de dois docentes do ensino fundamental, um do quinto ano e outro do sexto, onde foram realizadas as observações durante alguns períodos. A escola que aconteceu essa pesquisa é acolhedora, acessível e bem estruturada, observando-se que existe muito diálogo, afeto, atenção, preocupação, etc., de todos os funcionários que nela se encontram, com seus respectivos alunos, especialmente com deficiência.

Através de visitas e pesquisas durante a fase de produção desse trabalho, além da busca pelo quantitativo de alunos incluídos, houve análise e conversas na sala de AEE da escola. A respectiva professora que atende no AEE, além de passar os dados fornecidos logo abaixo, mencionou alguns pontos extras que são descritos no discorrer desse capítulo. Cabe salientar, o gracioso trabalho executado pela docente, a qual pensa nas dificuldades que os alunos atendidos possuem, a própria formula jogos e realiza adaptações em objetos conforme a necessidade do aluno.

Gráfico 1 – Quantos alunos incluídos a escola possui? Qual o tipo de deficiência dos mesmos?



Fonte: Pesquisa de campo na escola. Setembro/2017.

Pode-se observar no gráfico acima um dos pontos pesquisados na escola, que é o número de alunos que a mesma incluí em seu educandário. No momento possui vinte e um alunos com deficiências diversificadas, incluídos no ensino fundamental dezesseis, no ensino médio quatro e no EJA (Educação de Jovens Adultos) um. Em visita ao AEE da escola pesquisada, houve coleta de informações com relação ao seu funcionamento, diálogo prazeroso com a professora responsável, entre outros, os quais foram encontros de profundo aprendizado para somar a esse trabalho.

Visto que, com relação ao AEE nas escolas, cabe ao poder público promover, incentivar, entre outros, meios acessíveis e que atendam as diferenciadas deficiências dos alunos. Dessa forma, através do professor do AEE o qual cabe à tarefa de formular métodos para somar tanto na vida pessoal, quanto na aprendizagem em sala de aula do aluno incluído. Logo abaixo, visualiza-se um dos principais propósitos do AEE, segundo a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

O atendimento educacional especializado disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva, dentre outros. Ao longo de todo processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum (MEC, 2008, p. 16).

No AEE funciona a sala de recursos contando com a presença de alguns jogos, computador, mesa redonda, etc., não possui até o presente momento a sala multifuncional a qual é mais completa. O AEE tem seu funcionamento apenas no turno da manhã, frequentado pelo ensino fundamental, já que atende o turno inverso. Os alunos que deveriam frequentar são dezesseis, porém há dois desistentes, quatro que estudam no turno da manhã e os comparecem são dez alunos, logo todos do ensino fundamental quarto, quinto, sexto e oitavo ano. Os tipos de deficiência desses dez alunos são: nove com deficiência intelectual e um com deficiência múltipla.

Logo abaixo veremos como se procedeu em primeiro momento às observações em salas de aula e após as entrevistas com dois docentes que ministram as aulas nessas mesmas turmas. Com o objetivo principal de analisar

como acontece a inclusão escolar de tais alunos nessas duas turmas de ensino fundamental em uma escola da rede pública do município de São Borja.

4.1 Observação no interior da sala de aula

Na tarde do dia 21 de setembro de 2017, na turma de 5º ano do Ensino Fundamental, em uma Escola Estadual de São Borja, foi realizada a primeira observação prevista no projeto de pesquisa. Primeiramente a docente apresentou-me a turma, desse modo iniciou-se a pesquisa. Nesse dia, estavam presentes 19 alunos, a maioria mostrava-se agitada. A professora relatou a eles que era o dia de ir à biblioteca para realizarem leituras de livre escolha. Na turma há três alunos incluídos, ambos com deficiência intelectual e estão em processo de alfabetização.

Nesse dia se encontravam presentes apenas dois alunos incluídos, dois irmãos, uma menina e um menino, o outro menino estava doente. Com relação aos níveis de aprendizagem, o menino está em nível silábico bem primário e a menina no pré – silábico, conforme o relato da docente. No geral da turma, a idade é entre 10 a 12 anos, o desenvolvimento nas notas finais não são satisfatórias segundo a docente.

No segundo período, os alunos foram à biblioteca da escola, a qual possui uma ótima estrutura e rico acervo de livros, as crianças realizaram leituras, escritas e desenhos sobre o que estavam lendo e visualizando. Os irmãos incluídos sentaram-se juntos, a menina realizava algumas leituras para o irmão, sendo que o mesmo observava as imagens que o livro ilustrava.

As crianças incluídas demonstram carinho e cuidado com os demais colegas, tentam interagir em alguns momentos da aula, porém essa socialização acontece com pouca frequência. Nota-se que os irmãos sentam-se na primeira fileira, no entanto em filas diferenciadas, ficam um do lado do outro, assim analisa-se que ambos ficam dependentes um do outro, especialmente o menino da menina, seja em atividades, leituras, entre outros, em decorrência de ser mais avançada no nível de aprendizagem.

No outro conteúdo dessa aula sobre saúde, o professor explica uma técnica com a utilização do feijão, enquanto os alunos perguntam e participam da aula, o menino olha as imagens da revista, parece estar um pouco perdido. Percebe-se que

quando o docente passou no quadro um pequeno texto, no momento da aula de português, ambos os alunos não copiaram. O professor relata para o observador da aula que em matemática eles têm o livro do segundo ano do ensino fundamental para trabalhar em sala de aula, enquanto os demais com os seus respectivos livros de quinto ano. Outro aspecto mencionado pelo docente é que esses dois alunos sabem contar, por exemplo, até trinta, porém não tem noção de quantidade.

Durante a correção das contas de divisão por dois algarismos, os irmãos incluídos faziam exercícios no livro do segundo ano, constatando-se que toda dúvida que o menino tinha ele perguntava para sua irmã que estava ao seu lado. No momento do recreio, a observadora acompanhou a turma, visto que o menino interagiu muito frequentemente com os demais, no entanto a menina ficou mais sozinha.

No dia 25 de Setembro de 2017, turno da tarde, realizou-se a segunda observação, na mesma turma citada anteriormente. Havia 18 alunos presentes na sala de aula, dos incluídos o menino e a menina que são irmãos, o outro menino não compareceu a aula novamente. Primeiramente, o docente trabalhou Ciências com a turma, com o conteúdo sobre alimentação saudável, utilizou o recurso de projetor, para exibir um vídeo reportagem sobre a obesidade de crianças. Observa-se que durante a exposição do vídeo tanto os incluídos, quanto os demais, prestaram atenção e ficaram focados o tempo todo no vídeo visualizado. Com isso, salienta-se o quão importante é diversificar os métodos de ensino, pois tem fundamental importância no processo soma de aprendizagem dos alunos, especialmente dos que possuem algum tipo de deficiência.

Logo após o vídeo, o professor distribuiu uma folha impressa, contendo exercícios sobre o conteúdo assistido e o anterior, com relação aos alimentos. O Docente relatou que a pirâmide do exercício foi retirada de um livro do terceiro ano do ensino fundamental e todas as atividades são adaptadas por ela para os alunos que apresentam deficiência intelectual, para possibilitar a sua aprendizagem, citou o docente. Nota-se que todos da turma conversam muito, com exceção dos incluídos que, se conversam, é mais entre eles. Na parede do interior da sala de aula tem o alfabeto e o mesmo em libras, assim também nos armários, contendo o símbolo e o sinal, pois nessa turma há pouco tempo atrás havia dois irmãos surdos, que recentemente mudaram de escola.

Vê-se que a estrutura da sala de aula é boa, porém necessita de acessibilidade, por exemplo: rampas, corrimões, etc., a escola em si possui equipamentos digitais que são excelentes para favorecer e tornar o ensinar diferenciado. Com relação ao docente da turma, percebe-se que precisa de mais tempo ainda, ele prepara atividades e conteúdos diferenciados aos alunos incluídos, nota-se que possui preocupação com os mesmos. A relação dos colegas com os irmãos incluídos é pouca, porém dá pra notar que em certos momentos eles socializam principalmente o menino, geralmente em momentos de descontração e atividades que são realizadas.

No que se refere às duas outras observações, as quais foram executadas em uma turma de 6º ano do Ensino Fundamental, no turno da tarde, ambas nos períodos de matemática. A primeira análise aconteceu no dia 27 de Setembro de 2017 nessa sala encontra-se incluído um menino de 12 anos com paralisia cerebral, o qual foi observado sua socialização com os demais colegas, seu desenvolvimento durante as duas aulas, entre outros aspectos.

Verifica-se que no interior da sala de aula, se encontravam 17 alunos, com um aluno incluído entre eles. Em primeiro lugar a docente apresentou para a turma a pesquisadora, no exato momento o aluno incluído olhou para a mesma e perguntava constantemente *“Professora, o que ela veio fazer aqui?”* e também, *“O que ela faz aqui?”*. Nesse mesmo instante, entrou na sala um cachorro, o menino saiu correndo desesperadamente atrás do animal, até fazer com que ele saísse daquele lugar, após o acontecido tudo normalizou.

O aluno observado senta-se na primeira classe na terceira fileira, rodeado por colegas e na sua diagonal se encontra a classe da professora. Vê-se que o menino grita muito, pouco deu para compreender sua fala, porém os colegas tem mais facilidade de entendê-lo em decorrência do tempo de convivência. Analisa-se, além do já mencionado que a turma tem dificuldade na disciplina, pelo jeito que a docente comentou, do mesmo modo pela tarefa que era avaliativa e teria que estar pronta, mas ninguém executou.

No desenrolar-se da aula, a professora escreveu no caderno do menino, uma atividade de pontilhar e ele tenta realizar, apesar de algumas dificuldades de movimentos, como por exemplo: pegar a caneta. Professora falou ao menino *“Hoje é só um”* com relação ao exercício, menino responde: *“Aleluia!”* em tom de voz alto. A docente a todo instante retribui atenção ao aluno incluído e com relação dos

colegas, eles tem uma boa relação de socialização com o aluno, no entanto durante a aula uma das alunas reclamou dos gritos dele, pois ela não conseguia compreender o conteúdo.

Esse período era no primeiro, o aluno na maioria do tempo solicitava à professora que gostaria de ir ao banheiro, a mesma disse a ele que era para aguardar, pois recém tinha chego à escola. A docente comentou com a observadora que ele adora estar caminhando nos corredores da escola e conversar com a diretora. Ao final dessa aula de matemática, o aluno veio correndo ao encontro da observadora, deu a mão e cumprimentando-a disse “oi”.

Em outro momento de observação, nessa turma de 6º ano, aconteceu no dia 29 de setembro de 2017, havia 12 alunos presentes na aula de matemática. O menino incluído chegou até a sala acompanhado pela monitora da escola, mostrava a todos a camiseta da escola que ele vestia, presença que a observadora sentiu enorme dificuldade de entender a fala do menino, mas os colegas e professora compreendiam. No decorrer da aula a docente comentou com a observadora que se torna complicado por vezes, ainda mais por ser matemática e requer mais atenção dos alunos, sente também que seus alunos tem dificuldade, pois o menino incluído fala alto em diversos momentos durante a explicação do conteúdo.

A docente durante a fala da docente sobre o conteúdo, o aluno incluído fica chamando-a para ela fazer exercícios no caderno dele. Observa-se que a professora dá atenção a ele individualmente, ela relata que é complicado, pois ele sabe somente os pontilhados, enquanto o restante da turma está aprendendo “multiplicação de frações”. Em relatos da docente, comentou que a escola no momento conta com duas monitoras, uma que atende especialmente ele, quando saí da sala de aula. Constata-se que nesse período a docente passou atividades pontilhadas no caderno dele, no mínimo três vezes e outro ponto observado é que o menino sente-se irritado rapidamente, por exemplo: vai apontar um lápis e não consegue ou quando a garrafinha de água caiu no chão, e ele não consegue pegar, mas mesmo assim ele tenta ou até mesmo pede ao colega próximo ajuda.

Dessa maneira, o menino incluído durante essas duas aulas socializou com os demais colegas, professora e até mesmo a observadora, apesar de sua dificuldade na fala. Embora essas duas aulas ser destinada a ele somente atividade de pontilhar, ele as realiza. Com isso, pensa-se que deveriam ser destinados exercícios diferentes e que o estimulem, até mesmo com materiais que fossem mais

acessíveis, como exemplo: a caneta, uma que tivesse forma de melhor manuseio. Vale ressaltar o relato da docente, comentou que a família do aluno incluído não se faz muito presente e não cobra ativamente, com isso ela sente desmotivada até mesmo para preparar alguma atividade para o menino, diferentemente da outra escola, onde ela na sala de aula tem um aluno com a mesma deficiência, porém a família cobra da professora diariamente, a utilização de atividades e métodos que o favoreçam.

4.2 Relato da entrevista

As entrevistas aconteceram no dia 06 de Outubro de 2017 contou com a cooperação de dois professores da Escola participante dessa pesquisa, os mesmos que ministram as aulas nas duas turmas em que foram executadas as observações que constam nesse trabalho. A entrevista com o professor A ocorreu na manhã desse dia e com o B no turno da tarde foi marcada em horários em que os professores tiveram disponibilidade. A entrevista foi gravada no celular da pesquisadora, sendo ouvida e transcrita logo após, as perguntas foram pensadas e formuladas previamente, elaborou-se um roteiro de questões a serem respondidas pelos entrevistados.

Logo abaixo serão narradas as entrevistas com ambos docentes descritos como **A** e **B**, que atuam na rede regular de ensino e trabalham com alunos incluídos em suas salas de aula diariamente:

Pergunta 1: Você acha que as leis sobre a inclusão estão sendo postas em prática nesse educandário?

Resposta **A**: *Em parte, não só aqui na escola como na maioria das escolas recebem os alunos especiais, mas os professores não tem formação específica para trabalharem com esses alunos... Não por culpa deles (os professores) que até tentam e adaptam seus conteúdos para tentarem fazer a “inclusão”.*

Resposta **B**: Sim. (risos)

Pergunta 2: Qual o tipo de deficiência que os alunos incluídos da sua sala possuem:

Resposta **A**: *Eu tenho 3 alunos com deficiência intelectual.*

Resposta **B**: *Paralisia Cerebral.*

Pergunta 3: Qual é a sua opinião sobre o processo de inclusão escolar? Você acredita que ela acontece dentro da sala de aula?

Resposta **A**: *Olha... eu acredito que tá acontecendo. Como disse anteriormente, ainda precisamos, nós professores procurarmos mais informação e os governos investirem mais em formações, oferecendo cursos na área da inclusão.*

Resposta **B**: *Meio complicado. Não tem muita inclusão, na verdade acabamos excluindo, quando dá tempo a gente dá atenção, porque damos atenção aos outros e na maioria das vezes deixamos de lado os incluídos. Mas na parte social acontece, na interação, socialização... Mas na parte de aprendizado é difícil e complicado.*

Se o aluno está lá dentro é porque acontece, o aluno tá lá né. (Risos). Às vezes ao invés de incluir, exclui. Não sei até que ponto é inclusão.

Pergunta 4: Qual a sua formação? Durante sua formação, houve preparação para atender alunos incluídos?

Resposta **A**: *Eu tenho Magistério nos anos iniciais, sou formada Pedagogia, especialização em Educação Especial.*

Sim, estudamos a parte teórica, mas a prática é bem diferente e aprendemos mais.

Resposta **B**: *Ensino Superior Licenciatura Plena em Matemática – Universidade Federal de Santa Maria/ UFSM. (Bem fácil de responder, risos).*

Não houve preparação nenhuma, entrei em 1996 e sai 2001, não tinha preparação.

Pergunta 5: Em sala de aula como é o desenvolvimento, aprendizado e envolvimento do aluno incluído com os demais colegas e professor (a)?

Resposta **A**: *Eu procuro envolver os alunos incluídos em todas as atividades, adapto os conteúdos com atividades diferenciadas, também utilizo muitas coisas visuais... vídeos, slides de Power Point, material concreto e outros, faço uso das tecnologias disponíveis na escola também como: o notebook, data show...*

Docente interagiu com a pergunta acrescentou na mesma: *No início de cada ano letivo tenho uma conversa com meus alunos explico que cada um é diferente, mas que todos têm os mesmos direitos.*

Resposta **B**: *O envolvimento é bom né, porque ele se relaciona bem com colegas e professores, às vezes que ele está um pouco agitado. Agora em relação ao desenvolvimento e aprendizado é mais complicado, pois ele só quer o “AEIOU” e os números, mas temos que fazer pontilhado no caderno dele. (Reação de desânimo e desconforto do professor B).*

Pergunta 6: Na preparação para suas aulas, você pensa e formula atividades diferenciadas para aqueles alunos incluídos?

Resposta **A**: *Sim, o conteúdo é o mesmo para todos, mas atividades são diferenciadas.*

Resposta **B**: *No início até pensava, mas agora larguei de mão, não penso mesmo, porque eu sei que eu vou chegar lá e ele vai me pedir o pontilhado.*

Pergunta 7: Qual o rendimento escolar de tais alunos incluídos? Você acredita que eles consigam progresso escolar para tal ano que se encontram?

Resposta **A**: *O desenvolvimento é mais lento, mas cada um tem um tempo diferente, mesmo os ditos “normais”.*

Certamente que não, eu procuro me preocupar com a alfabetização que é um processo bem demorado e às vezes até não acontece, com a socialização deles não só na escola, que priorize o conhecimento de mundo e as vivências diárias.

Resposta **B**: *Ele não tem rendimento. Acho que não, obviamente que não, porque a idade cronológica é sexto ano, mas mentalidade é de 7, mas imagina ele desse tamanho no terceiro ano, ele desmonta uma criança com a força.*

Pergunta 8: Você observa a preocupação e vontade de ajudar o colega incluído, aos demais da turma? Eles ajudam esses colegas incluídos, em atividades, fazem duplas, entre outros?

Resposta **A**: *Olha, uma preocupação específica não, todos agem como colegas, eu procuro não deixar que isso aconteça porque senão não é inclusão.*

Em vários momentos trabalhamos em duplas e em grupos, eles se organizam por afinidade ou parceria, mas sem exclusão.

Resposta **B**: *Acho que sim, eles se interagem entre si. Até botei ele no trabalho em grupo, mas ele nem fica, só sabe “AEIOU”, não sabe o conteúdo, mas interagir ele consegue.*

Pergunta 9: Você acredita ter conhecimentos (preparação, suporte teórico e prático) necessários para incluir um aluno em suas aulas?

Resposta **A**: *Eu procuro fazer acontecer à inclusão, estou sempre buscando informação e formação.*

Resposta **B**: *Eu acredito que não tenho suficiente, acredito que teria que ter mais, me sinto de mãos atadas e sem saber o que fazer.*

Em referência a entrevista citada acima, é possível observar dissemelhança em alguns pontos com relação aos docentes, a partir de suas falas sobre o processo de inclusão e seus pontos de vistas. Quanto às entrevistas muito se falou sobre a formação dos professores, o quão importante é ter uma formação específica, mas acredita-se que vai, além disso, fazer acontecer os seus saberes, na prática escolar.

Com base na fala anterior cita Freire (1996) sobre as possibilidades enquanto docentes:

[...] desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é *transferir conhecimento*, mas criar possibilidades para a sua produção ou sua construção (FREIRE, 1996, p. 24-25).

Através dessa fala e com base na entrevista, destaca-se a relevância de promover atividades lúdicas e diferenciadas, as quais envolvam todos os alunos, contribuindo para a inclusão acontecer, especialmente na forma de socialização. Para que, de forma alguma, o aluno incluído no ambiente escolar sinta-se excluído, como cita a docente B em sua resposta na pergunta três anteriormente e para exercitarmos isso, devemos olhar pra nós mesmos primeiramente e nos perguntar: será que estamos excluindo tal aluno/ colega? Por quê? E assim por diante.

Pode-se criar formas de utilização de recursos e materiais diversificados, onde possam contribuir significativamente com a produção de conhecimentos de tais alunos, fazendo com que todas suas possibilidades se ampliem. Com relação ao seu rendimento escolar, cada um com sua forma individual uns mais lentos outros mais

acelerados, assim como os alunos que possuem alguma deficiência, pois todos possuímos um ritmo diferenciado.

Observa-se que as docentes, especialmente a A, tenta mudar a realidade do aluno incluído para ele ter um melhor desenvolvimento escolar, pensa e formula atividades para os mesmos, porém a professora B, na pergunta seis relata que “largou de mão” o aluno incluído, assim torna-se difícil tanto a inclusão, quanto o aprender. Conforme salienta Correia (2016, p.154):

Para ilustrar essa ideia, toma-se um exemplo: Ao abordar um determinado assunto com a turma, pensar que ele possa ser apresentado por meio de diferentes vetores: vídeos, imagens, história contada, história lida, história reproduzida em Libras, teatro, música, exploração do que os alunos já sabem sobre o tema, de forma complementar (não alternativa), de modo a contextualizar o assunto de diferentes maneiras e atingir a percepção dos alunos pela via que dispõem para se comunicar. Acredita-se que a utilização de diferentes formas de acesso potencializa a percepção pela sua complementaridade, o que enriquece as possibilidades de compreensão do que está sendo vivenciado.

É significativo procurar aplicar atividades práticas, onde todos possam interagir juntos e até mesmo aprender um com o outro, seja em matemática, português, geografia, etc. Visto que a inclusão de tais alunos com deficiência nas aulas de ambas as professoras tem se efetivado principalmente através da socialização de tais alunos, com os demais colegas e professoras.

Vale salientar a fala da docente A, que diz buscar constantemente formação e informação, que não fica acomodada. Considera-se muito importante ter iniciativas próprias com relação à busca de cursos de formação continuada, palestras, entre outros, principalmente pensar no cotidiano, procurar atividades relacionadas à área do conhecimento com a qual se trabalha para colocá-las em prática em sala de aula. Dessa forma, não esperar que as coisas venham até o profissional da educação, mas ir em busca de constante formação, em especial na área da inclusão, já que se fala que há carência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo de caso se propôs a realizar uma análise da educação inclusiva nos seus mais diversos aspectos, como sua história, aplicabilidade e especialmente no que faz referência ao contexto de uma escola estadual da rede pública no município de São Borja. Foi possível estabelecer conexões entre a pesquisa bibliográfica e a de campo, onde ambas favoreceram o desenvolvimento desse trabalho, principalmente ao conhecer a evolução histórica da concepção de educação especial. A pesquisa realizada na escola sucedeu-se em duas turmas do ensino fundamental envolvendo observações de aulas, entrevista com duas docentes e extração de dados. Todos esses procedimentos foram efetuados por meio das metodologias pensadas para a pesquisa, o que foi desafiador, principalmente a parte da pesquisa de campo.

A escola pesquisada é um ambiente totalmente acolhedor, fui muito bem recebida e os educadores, no geral, são atenciosos, o que favoreceu a pesquisa e coleta de dados. Com relação às entrevistas com as duas professoras, foi significativa, pois proporcionou conhecer seus olhares sobre o processo de inclusão, tanto no interior da sala de aula, quanto na escola em um todo. Dessa forma, notou-se a diferença de ideias entre as docentes entrevistadas, que ministram suas aulas em anos distintos, uma no quinto ano, onde fica a tarde toda com seus alunos e outra no sexto ano com alguns períodos semanais. Pode-se observar que quando há mais tempo de convivência com os alunos, especialmente os incluídos, pode ser mais fácil conhecê-los e acompanhar sua evolução.

Ao comparar o 6º ano no qual a autora deste trabalho realizou seu estágio curricular da graduação com o sexto ano observado como parte desta pesquisa, observou-se que todos os alunos (tanto os incluídos, quanto os demais) possuem um rendimento e aprendem melhor com atividades diferenciadas/diversificadas, principalmente as práticas, onde eles “colocam a mão na massa”. Diante disso, pensa-se que um dos pontos principais é o professor no interior da sala de aula formular meios que favoreçam a inclusão escolar daqueles alunos que ali se encontram, assim como a professora A, que em uma das suas aulas utilizou o projetor para passar um vídeo, o qual foi oportuno para os alunos com deficiência intelectual, visto que participaram ativamente. Outro aspecto que se faz necessário é

construir formas que levem à prática da socialização entre todos os alunos, em atividades, durante a hora da leitura, entre outros, como diz a Declaração de Salamanca que o aprender juntos torna-se além de descomplicado, significativo.

Levando em consideração os aspectos abordados anteriormente, nota-se que é de suma relevância haver cursos destinados aos profissionais da educação, palestras informativas para todos da escola e família, especialmente para os discentes, com relação ao processo de inclusão, sobre sua caracterização e representação atual. Com isso, busca-se que o público no geral tenha conhecimentos necessários para haver compreensão dos assuntos, pois se tiver afinidade com o tema terá melhor aplicabilidade e entendimento da educação inclusiva no interior da sala de aula, no ambiente escolar e na família. Foi possível constatar através das entrevistas (e alguns relatos extras das mesmas docentes), observações, visita ao AEE para coleta de dados, etc., que um dos fatores essenciais para o aluno possuir um bom rendimento na escola é a família, a qual quando o acompanha diariamente, traz o aluno nos atendimentos no AEE, pergunta aos seus professores como está seu andamento nas aulas, entre outros, contribui para que a caminhada do aluno torne-se significativa.

Pode-se afirmar que o ser professor é um desafio diário, que requer dedicação, logo também acredita-se referindo-se ao ambiente escolar, que a educação inclusiva é um desafio diário e ao mesmo tempo enriquecedor como observado durante a pesquisa de campo desse trabalho e em fontes bibliográficas. Portanto, pensa-se que educação inclusiva para acontecer necessita de recursos, métodos e formas de ensino mais efetivos na sala de aula, para proporcionar aos alunos com alguma deficiência mais chances de socialização, ensino, adaptação, etc.

Diante dos argumentos expostos ao longo do trabalho, especialmente sobre a análise da entrevista e observações, percebe-se que os alunos incluídos devem possuir uma participação ativa em sua escola e no interior da sala de aula. É necessário traçar modos para exercitar sua aprendizagem, se não sabe tal coisa (ler, escrever, etc.), criar maneiras que possam manifestar seu modo de pensar e ver os elementos que visualizou naquela determinada aula (conteúdos). É claro que para os docentes, como pudemos ver nas entrevistas, o planejamento de aulas que envolvam a todos requer tempo, mas é importante pensar e usar recursos que sejam acessíveis a eles, até mesmo com assuntos da área da inclusão e buscar utilizar

espaços como o pátio da escola, biblioteca, sala “Multimeios”², sala de informática, laboratório de matemática, entre outros.

Por fim, que não basta à escola realizar a matrícula do aluno incluído, dizer que a mesma é inclusiva e acomodar-se necessita realizar análises no que se refere à acessibilidade, no AEE, nas salas de aula, etc. Contudo, quando há alunos incluídos, precisa-se construir elementos que façam acontecer a inclusão desse aluno no ambiente em que está inserido, em especial no que se refere às acessibilidades. Salienta-se que é importante o professor da sala de aula regular trabalhar em consonância com o professor do AEE, para acompanhar em que nível de aprendizagem está o aluno incluído, para assim ajudá-lo em seu desenvolvimento integral. Portanto, deve-se pensar na evolução do aluno com deficiência seja na parte escolar, pessoal e social, assim, buscar envolver nesse processo de inclusão todo o conjunto escolar, pois juntos conseguirão efetivar uma educação igualitária e acessível a todos.

² Nome destinado a sala que possui recursos digitais, como: lousa digital, computadores, notebooks, entre outros.

REFERÊNCIAS

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. 128 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. Decreto nº 6. 949, de 25 de agosto de 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007**. Diário Oficial da União, Brasília, n. 163, ago. 2009.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Lei nº 10. 098 de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e da outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 19 dez. 2000.

_____. Lei nº 10. 436 de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 de abril de 2002.

_____. Lei nº 13. 146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 6 jul. 2015.

_____, M. E. C. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. MEC/SEESP Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva com os pingos nos “is”**. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011. 176 p.

CORREIA, Gilvane Belem. **DEFICIÊNCIA, CONHECIMENTO E APRENDIZAGEM: Uma análise relativa à produção acadêmica sobre Educação Especial e Currículo**. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. **Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no**

contexto da educação especial brasileira. Revista Inclusão, v. 1, n. 1, p. 35-39, 2005.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MANUAL DE NORMALIZAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS: CONFORME NORMAS DA ABNT/ Organização: Cátia Rosana L. de Araújo, Dilva Carvalho Marques. - 3º Edição Revista e Ampliada. – Bagé: Universidade Federal do Pampa, 2013.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 231 p.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Breve histórico da educação especial no Brasil.** Revista Educación y Pedagogia, vol. 22, núm. 57, mayo- agosto, 2010.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **Educação especial no Brasil: desenvolvimento histórico.** Cadernos de História da Educação, v. 7, p. 29-42, 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: o paradigma do século 21.** Revista Inclusão, v. 1, n. 1, p. 19-23, 2005.

SILUK, ANA CLÁUDIA PAVÃO (org.). **Atendimento educacional especializado: contribuições para a prática pedagógica.** 1ed. Santa Maria: UFSM, CE, Laboratório de Pesquisa e Documentação, 2014.

_____. **Atendimento educacional especializado: processos de aprendizagem na universidade.** 1ed. Santa Maria: UFSM, CE, Laboratório de Pesquisa e Documentação, 2013.

OLIVEIRA, Eloiza S. Gomes. SÁ, Márcia S. M. Mourão. NOGUEIRA, Mário L. de Lima. **Legislação e Políticas Públicas em Educação Inclusiva.** 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2009.

APÊNDICE A - Entrevista

- 1) Você acha que as leis sobre a inclusão estão sendo postas em prática nesse educandário?
- 2) Qual o tipo de deficiência que os alunos incluídos da sua sala possuem:
- 3) Qual é a sua opinião sobre o processo de inclusão escolar? Você acredita que ela acontece dentro da sala de aula?
- 4) Qual a sua formação? Durante sua formação, houve preparação para atender alunos incluídos?
- 5) Em sala de aula como é o desenvolvimento, aprendizado e envolvimento do aluno incluído com os demais colegas e professor (a)?
- 6) Na preparação para suas aulas, você pensa e formula atividades diferenciadas para aqueles alunos incluídos?
- 7) Qual o rendimento escolar de tais alunos incluídos? Você acredita que eles consigam progresso escolar para tal ano que se encontram?
- 8) Você observa a preocupação e vontade de ajudar o colega incluído, aos demais da turma? Eles ajudam esses colegas incluídos, em atividades, fazem duplas, entre outros.
- 9) Você acredita ter conhecimentos (preparação, suporte teórico e prático) necessários para incluir um aluno em suas aulas?